

A AÇÃO SINDICAL NO LABIRINTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: os trabalhadores e o Minotauro¹

Paulo Roberto Wunsch*
Carlos Nelson dos Reis**

1 INTRODUÇÃO

Após o esgotamento do ciclo expansivo do capitalismo que teve início na década de 1940 e que durou até o final dos anos 1960, o sistema entrou em crise. As principais características dessa crise são: profunda recessão combinadas com baixas taxas de crescimento, e altas taxas de juro, o que impôs ao sistema uma rigorosa reestruturação produtiva.

Nessa perspectiva, a reflexão contempla a reestruturação produtiva que constitui um dos fundamentais para o capital retornar suas taxas de lucro, num contexto de redefinição do papel do Estado e de globalização dos mercados.

Para tanto, analisa as inovações quanto ao incremento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo em especial, à intensificação do ritmo de trabalho, à fragmentação, à precarização, à flexibilização, a terceirização do trabalho e à participação consentida. Dessa forma, apresenta aspectos

¹ Expressa a união do ser humano social e o mito cuja morada é o labiríntico processo produtivo capitalista do qual emerge o despótico sacrifício de seres humanos assalariados. Sua capacidade de ocultar os vestígios da exploração acontece: na fetichização da mercadoria que apaga as relações sociais nela contidas, entre as quais as condições de vida; na alienação do serviço frente aos produtores decorrente da propriedade privada dos meios de produção; no direito de dispor a força de trabalho, impondo as condições de trabalho; nas mudanças tecnológicas e organizacionais realizada na perspectiva da lucratividade.

*Sociólogo, Doutorando em Serviço Social do PPGSS-PUCRS; membro da NEPES, professor da ULBRA, Carazinho graduado em Ciências Sociais pela PUCRS, Especialista em Sociologia pela UFRGS, Doutorando em Serviço Social/PUCRS, integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social/NEPES e Professor da ULBRA-Carazinho. E-mail: pvinte@terra.com.br.

** Doutor em economia pela UNICAMP, Professor titular Permanente do PPGSS/FSS/PUCRD, coordenador do NEPES, Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor Titular Permanente do PPGSS/FSS/PUCRD, Coordenador do NEPES/PPGSS/FSS/PUCRD. E-mail: cnelson@purs.br.

importantes dessa nova etapa da acumulação e estabelece sua refração na ação sindical. Aponta os limites e desafios impostos às expressões da questão social, notadamente em relação à resistência através da ação sindical, fragilizando sua potencialidade enquanto força social capaz de enfrentar o minotauro em seu labirinto.

2 CONSIDERAÇÃO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A análise crítica aqui realizada trata das mudanças no processo produtivo a partir da crise dos anos 1970, após a “crise do petróleo” decorrente da elevação do seu preço, partindo do entendimento de que sua compreensão é essencialmente vinculada ao interesse de classe.

Essa abordagem reforça a compreensão de que os ideológicos da ordem estabelecida realizam a tentativa de separar os efeitos das causas, e esperam que se finja que as classes e suas contradições já não existem ou não importem (MÉZAROS, 2002). Aliás, esse tem sido o esforço realizado pelos “novos” liberais na busca de construir uma hegemonia² sem, contudo, deixarem de advogarem o uso da dominação³ quando distinguem liberalismo econômico do político. Para eles é admissível e não há contradição entre a liberdade econômica de mercado e o regime político ditatorial. Apenas para exemplificar é oportuno lembrar o Chile dos anos 1970 de Pinochet, cuja ditadura foi pioneira na aplicação de uma economia de recorte teórico neoliberal que como vento minuíano espalhou-se na América Latina.

A reflexão parte desse pressuposto para a compreensão da realidade e suas determinações enquanto condição indispensável para sua possível modificação, o que implica tomada de consciência na perspectiva de

² No entendimento de Gramsci, hegemonia supõe certa colaboração ou entendimento ativo e voluntário das classes subordinadas que se dá prioritariamente e não exclusivamente na “sociedade civil” visto como o conjunto de organismos comumente chamados “privados”, tais como sindicatos, igreja, escola etc. Essa hegemonia se realiza por um complexo sistema de controle cultural no seio da sociedade civil -rádio, televisão, cinema, jornais, partidos políticos, igrejas. (JESUS, 1989).

³ A dominação é o momento de força, do constrangimento, da intervenção legislativa ou policial, isto é, da coerção cujo monopólio se exprime no Estado e assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou economia em um determinado momento. (JESUS, 1989).

viabilizar a ação coletiva⁴. Tomada de consciência que constitui condição para o desenvolvimento da luta, cujo entendimento tem por base a concepção materialista de que é o ser social que determina a consciência e não o oposto. Em síntese ela é considerada como:

[...] produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível e imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência [...]. (MARX; ENGELS, 1987, p.43).

Assim, o desafio consisti em contribuir para a transformação da “classe em si”⁵ com consciência da imediatidade, em “classe para si” que se organiza politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída a partir da subjetividade. Essa situação requer desocultar a realidade complexa de antagonismo da sociedade capitalista originária fundamentalmente de o fato de os meios de produção serem privados e o trabalho assalariado de onde emerge a produção coletiva cujo resultado é apropriado individualmente. A referida contradição, que não é única, é considerada fundamental, pois dela se origina a questão social⁶ entendida como o conjunto das expressões das desigualdades e também a resistência, em suma, a oposição a essas desigualdades. A heterogeneidade essencial da sociedade capitalista funda-se no fato de os meios de produção serem parcela da população e na subsistência de “trabalhadores livres”, isto é, possuidores somente da capacidade de trabalho. Desse fato surge a relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Aos trabalhadores é indispensável a venda de sua força de trabalho para obtenção de recursos a fim de adquirirem os bens para satisfação de suas necessidades. Portanto, aos trabalhadores a venda de sua força de trabalho é condição para a sobrevivência, uma vez que:

⁴ Entendida como ação desenvolvida que pode potencializar as lutas e resistências de forma coletiva enquanto uma força social essencial no desenrolar do processo histórico. (CATANNI, 1991).

⁵ “ [...] Marx distingue conceitualmente as classes em si, conjunto de membros de uma sociedade que são identificados para compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção [...]”) QUITANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 43).

⁶ Sobre essa reflexão do objeto do Serviço Social, ver lamamoto, 2000.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história é que todos os homens devem estar em condição de poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, beber, comer, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem que permitam que haja satisfação dessas necessidades [...] (MARX; ENGELS, 1987, p. 39).

O trabalho adquire uma dimensão de sobrevivência, subsistência, e não de satisfação, no sentido amplo, diante da exploração e alienação em relação ao ato de produzir mercadoria. O trabalho sob o controle capitalista constitui um paradoxo em relação às possibilidades criativas, libertadoras e emancipadoras que ele pode adquirir. Essa situação decorre do fato de que para os capitalistas a aquisição da força de trabalho tem como objetivo a mais-valia originária do excedente quantitativo do trabalho. A relação de exploração se inicia no momento da compra dessa mercadoria pelos proprietários dos meios de produção, pois o trabalho assalariado tem sua remuneração representada em apenas uma parte do trabalho, estabelecida essencialmente pelo tempo necessário ao trabalhador de se manter e reproduzir. A sua viabilização em maior ou menor grau depende de fatores, como: o disciplinar da força de trabalho na perspectiva de evitar resistência e obter a subsunção aos interesses capitalistas, e não apenas ao cumprimento das ordens e regras estabelecida no trabalho prescrito;⁷ o aumento da produtividade que em grande medida relaciona-se com a destreza, ritmo e base tecnológica.

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas, destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e eficácia dos meios de produção, e as condições naturais. (MARX, 1980, p. 46).

A isso se deve acrescer o grau de organização e combatividade dos trabalhadores e a extensão da jornada de trabalho que sofrem impacto da

⁷ “[...] o trabalho é composto por, no mínimo duas partes: o comando, e o que a organização oferece para a execução do mesmo, que chamamos tarefa, e outra parte, que é a maneira de o trabalhador executar essa tarefa que lhe é determinada, que chamamos de atividade.” O trabalho prescrito que é determinado (OLIVEIRA, 2002, p. 350).

conjuntura econômica, da taxa de desemprego na medida em que pressionam os trabalhadores e estimulam a competição.

Nessa perspectiva as mudanças nas formas de gestão e organização do processo produtivo e da sua base técnica enquanto processo capitalista de transformações constitui parte da busca incessante da acumulação. Diante da crise de acumulação, em especial com iniciada na década de 70, um dos eixos a ser reestruturado é o do processo produtivo.

A reestruturação produtiva deve ser entendida por um lado como o conjunto de inovações tecnológicas especialmente de base microeletrônica e, de outro, como organização de trabalho⁸ expresso no uso do modelo flexível. Essa reestruturação decorre da necessidade de competitividade guiado pela lógica do mercado em razão da concorrência intercapitalista e da busca de controlar as lutas sociais diante da globalização⁹ do capital.

Com a reestruturação produtiva é possível verificar algumas metamorfoses no “mundo do trabalho”, as quais na sequência serão apresentadas sinteticamente articuladas com suas repercussões na ação sindical. Evidentemente que referência tópica apenas é realizada para fins didáticos, na medida em que as inovações se articulam, fazendo parte de uma nova etapa da acumulação.

Essa nova etapa tem como um dos pressupostos essenciais as inovações tecnológicas de base microeletrônica cuja consequência é o aumento do trabalho morto, corporificando no maquinário tecnocientífico, e a respectiva diminuição do trabalho vivo pela redução da força de trabalho na gestão da riqueza cujo resultado é maior desemprego estrutural. Com a

⁸ “ Por organização do trabalho designamos divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc.” (DEJOURS, 1988, p. 25).

⁹ Cabe alerta que o uso do termo “globalização” não pretendo ocultar as desigualdades das nações e o controle da produção industrial pelas grandes multinacionais. Dessa maneira serviria para reforçar a ideia de um processo benéfico aos quais todas as economias devem se adaptar e do qual a liberação e a desregulamentação econômica são processos naturais com repercussão sobre o estado. Seu emprego decorre da alusão a uma multiplicidade de fenômenos que configuram uma redefinição da nas relações internacionais em diferentes áreas da vida social, uma reorganização das estruturas produtivas no contexto de desenvolvimento tecnológico diante do aumento dos fluxos comerciais com a queda de barreiras, além da desregulamentação financeira facilitadora da acumulação rentista e parasitária. O termo globalização não reproduz a acepção comumente na perspectiva ideológica neoliberal, mas decorre do seu emprego dominante na sociedade. Para isso muito contribui as mídias e as Universidades.

revolução da base técnica ocorre o aumento da produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de mais-valia, economizando mão-de-obra. O argumento utilizado é que isso impossibilitará a competitividade diante do mercado intercapitalista em um mercado “globalizado” pela abertura econômica a partir da “reforma”¹⁰ do Estado baseado no ideário de recorte neoliberal.

Nessa perspectiva, é natural a proposta de alteração da legislação trabalhista e a permanente crítica ao sistema de proteção social, uma situação que impacta negativamente nos salários e nos direitos além de gerar insegurança, mas que apresenta inevitável diante da concorrência e da modernização tecnológica. A fim de justificar essa situação, os intelectuais orgânicos da classe dominante¹¹ utilizam argumentos que na sua essência assemelham-se aos utilizados pelo movimento Luddita durante a Revolução Industrial, dentre os quais o de culpabilizar os maquinários pela situação, fetichizando¹² o processo em curso e seu real objetivo de elevar as taxas de acumulação.

3 A DEBILITAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL

O impacto sobre a ação sindical diante da realidade de redução do emprego formal a partir das inovações tecnológicas marca o declínio das taxas de sindicalização e do número de greves. Apenas para comparar, no período de maior incidência de greve no país, em 1989, houve 3.943 paralisações (COSTA), já no ano de 2004 ocorreram 303 greves, sendo que apenas 114 delas se deram em empresas privadas. Evidentemente que a maioria das paralisações constitui resistência do setor público diante do seu sucateamento, seu desmantelamento e sua privatização (DIEESE, 2005).

Ainda se pode inserir desse contexto a diminuição de pessoas associadas ao sindicato sobre o total de pessoas ocupadas, uma vez que a

¹⁰ O termo reforma é utilizado por Bresser Pereira, um dos expoentes dessa proposta de alteração do papel do Estado no Brasil. A reforma orienta-se para o mercado e omite claramente seu sentido regressivo, não se importando com as consequências sociais e a direção sociopolítica, podendo por isso pode ser considerada uma contrarreforma (BEHRING, 2003).

¹¹ São os intelectuais cuja função e atuação criam condições favoráveis a sua hegemonia.

¹² Forma de aparência que oculta a essência, isso é, mascara a relação social.

taxa de sindicalização Dops trabalhadores urbanos 1992 estava em 17,7% e em 2003 em 16,7% (COSTA).

É nesse cenário que o incremento do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo no processo produtivo fragiliza a ação coletiva dos trabalhadores diante da ameaça de desemprego, embora sindicalização não necessariamente signifique disposição de luta, pois muitos se associam devido aos serviços assistenciais oferecido pelo sindicato.

Além disso, a nova tecnologia possibilita uma intensificação do ritmo de trabalho através dos chamados trabalhadores “polivalentes, multinacionais” que operam simultaneamente várias máquinas, elevando com isso o sobretrabalho.

A produção se estrutura num processo de produção flexível, que possibilita ao operário operar, simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo (ANTUNES, 1999, p. 54).

Essa base técnica viabiliza uma organização do trabalho que permite exigir dos assalariados não apenas a vigilância, mas o controle e a prevenção de avarias. A intensificação do ritmo, a subordinação do trabalhador ao processo mecânico de produção e as exigências da organização do trabalho alteram qualitativamente o processo de trabalho. Não há tempo para uma reflexão crítica. Assim, a subjetividade acaba atendendo à imediatidade e às relações coisificadas, dificultando o desenvolvimento da consciência de classe que pressupõe uma relação dialética entre o interesse imediato e a totalidade, isto é, sua perspectiva histórica. Diante disso, considere-se o que segue:

A personalidade torna-se o espectador impotente de tudo que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho. Por outro, a desintegração mecânica do processo de produção também rompe os elos que, na produção “orgânica”, religavam a uma comunidade cada sujeito do trabalho. (LUKÁCS, 2003, p. 205).

Pelo o visto, as possibilidades de atuação dos ativistas e dirigentes do movimento sindical no interior da empresa são dificultadas, pois não há espaço para o diálogo durante ou após a jornada de trabalho, diante da exaustão dos trabalhadores impotentes frente à realidade e imersos na cultura individualista das competências pessoais. Convém realçar a proeminência moral do individual em relação aos desejos de qualquer coletividade social,

assentada na noção de que o mais competente será promovido e ocupará os postos mais elevados na hierarquia econômica e social. A explicação das diferenças na esfera econômica e social, a partir dos mais capazes e através de qualificações subjetivas, é um componente altamente ideológico. Em razão disso, tornou-se corrente o uso de termos como empreendedorismo,¹³ qualificação e capacitação como sinônimo de desenvolvimento social empregabilidade e possibilidade de ascensão social. Essa é uma explicação baseada unicamente em aspectos pessoais e, assim sendo, omite as determinações das desigualdades oriundas da estrutura econômica e social. Essas ideias contribuem para justificar a existência de trabalhadores estáveis com emprego formal e de trabalhadores sujeitos ao trabalho desprotegido informal. No que se refere ao trabalho formal verifica-se sua heterogeneidade compostas por atividades qualificadas e desqualificadas. O segmento mais qualificado, intelectualizado atua junto às tecnologias mais avançadas, desempenhando, por isso, um papel central na criação de valor de troca. Entretanto é objeto de intenso processo de manipulação e envolvimento pela empresa, o que reduz sua participação nas ações sindicais (ANTUNES, 2005).

Assim como os demais trabalhadores, os desse segmento estão submetidos à rotatividade na medida em que o passar do tempo é relacionado com o custo dessa mão-de-obra e com a própria questão do “talento”, já que a “capacitação”, não é mais um bem durável e o custo retreinamento é oneroso, já que os indivíduos mais jovens custam mais baratos e causam “menos problemas”, já que os mais velhos dão vazão à insatisfação. (SENNETT, 2006) A realidade brasileira aponta que menos 2/3 dos assalariados formais, com menos de três anos, permanecem na mesma empresa, indicando o predomínio do curto prazo nos contratos de trabalho (POCHMANN, 2002).

Constata-se um crescimento da exploração e do trabalho precarizado (parcial, subcontratado, hifenizado), um fenômeno verificado também no capitalismo avançado: “O trabalho temporário constitui o setor de

¹³ Em primeiro lugar o empreendedorismo envolve o processo de criação de algo novo, de valor. Em segundo lugar, o empreendedorismo requer devoção, comprometimento de tempo e esforço para a empresa crescer. E em terceiro, o empreendedorismo requer ousadia: que se assumam riscos calculados, que se tomem decisões críticas e que não se desanime com as falhas e erros (DORNELA, 2003).

mais rápido crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha; e representa 8% da força de trabalho americana.” (SENNETT, 2006, p. 50) Em relação à América Latina, o nível de informalidade chegou 44% do total de emprego na década de noventa (POCHMANN, 2004).

Esse cenário permite constatar a existência de uma heterogeneidade do mundo do trabalho, de onde decorre maior dificuldade da percepção de igualdade de situação de trabalho, construção de identidade coletiva e representatividade de interesses. Isso se dá na medida em que há uma fragmentação dos trabalhadores a qual obstaculiza a formação de consciência de oposição de interesses entre trabalhadores e capitalistas, não que a consciência seja soma ou média do que pensa cada um dos indivíduos que formam a classe, mas que afeta a construção da identidade.

O reflexo disso é a “crise de consciência” dos trabalhadores diante da dificuldade de reconhecerem-se enquanto classe, em sua trajetória de classe “para si”, em sua subjetividade, consciência, organização e ação coletiva.

Cabe lembrar que no Brasil a estrutura sindical historicamente é vinculada aos trabalhadores “estáveis” com grande contingente reunido em um mesmo local, o que tem sido alterado através das “mutações” que afetam a capacidade dos sindicatos se aglutinar, diante de tamanha heterogeneidade. Constituem um desafio para essas entidades comportarem em seu interior os desempregados, os que atuam em ocupações informais sem carteira de trabalho e os trabalhadores temporários, precarizados. A estes se designa de classe dos trabalhadores assalariados, pois dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Parcela desse contingente é submetida ao processo de trabalho flexibilizado, pois tem que estar adaptada às flutuações da demanda. O ambiente de incerteza e instabilidade do capitalismo assume uma dimensão mais ampla diante da concorrência em meio à globalização desregulamentadora da economia e das relações capital e trabalho. A flexibilidade na produção possibilita pelas novas tecnologias permite uma rápida reconfiguração das máquinas, destruindo a tradicional tecnologia rígida, controle de trabalho e hábitos de consumo. Diante da crise de setenta surge o

que Harvey denomina de acumulação “flexível” apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo.

Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão pós-guerra são suficientemente significativas para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. (HARVEY, 2003, p. 119).

O resultado é a “revolução na dimensão tempo” já que o capitalista tem que reduzir o tempo do giro do seu capital, diferentemente do período anterior dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo que presumia mercado de consumo estáveis e crescentes. Constitui parte desse processo a adoção do princípio *just-in-time* que significa eliminação dos estoques a partir do uso de tecnologia de comunicação possibilitadora do mapeamento dos insumos, produção e venda em tempo real, além do aproveitamento do tempo de produção pelo uso do sistema Kanban, de placas e senhas de comando para reposição de peças e estoques. Essa realidade requer um “novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem” pressionado pelo resultado de curto prazo, pela competição do “mercado interno” onde a “delimitação entre concorrente e colega já não é tão clara”, afetando o senso de identidade dos trabalhadores (SENNETT, 2006).

A cultura do modelo de acumulação fordista pensava em termos de ganhos estratégicos de longo prazo, enquanto que a atual pensa em termos de perspectivas imediatas de empreendedorismo, na qual o individual é necessário. Com isso acaba destruindo a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, significando não se sacrificar por algo cujo retorno demore, contribuindo para a “corrosão do caráter.” (SENNETT, 2005). Essa nova cultura afeta a relação dos trabalhadores com sua entidade sindical que não consegue obter ganhos imediatos.

Acresce-se a isso o fato de não ser característica dos governos de opção neoliberal investir contra os trabalhadores, fragilizando sua resistência. O exemplo emblemático disso foi a greve dos petroleiros brasileiros, em maio de 1995, que buscava a defesa do monopólio do petróleo e o cumprimento do acordo de trabalho firmado em novembro de 1994. O resultado do movimento foi o desconto dos dias parados, foram as demissões e o não cumprimento do

contrato além do seu isolamento social devido ao *lock-out* do gás de cozinha, escondido pela distribuidora. Em contrapartida, o governo apoiava financeiramente e midiaticamente o sindicalismo colaboracionista expresso pela Força Sindical que respaldou o projeto legislativo de alteração do artigo 68 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), impondo que o “negociado prevaleça sobre o legislado”.

Outro aspecto da reestruturação produtiva tem sido a adoção da terceirização da produção, isto é, a opção pela produção daquilo que é central para aquela indústria ou empresa. Um exemplo desse processo é o setor automobilístico que de indústria tornou-se montadora, o que fez com que houvesse o crescimento do número de trabalhadores em pequenas e médias empresas, conforme dados da Relação Anual de Informações (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego. Se no ano de 1990 a maior parte dos empregados estavam alocados em empresas de mais 500 trabalhadores (38,8%), no ano de 2002 essa maioria estava representada pelas empresas de 0 a 49 trabalhadores (38,2%). Em 2003, dos 2.527.285 dos estabelecimentos com vínculos empregatícios 2.346.718 tinham até 19 empregados, isto é, 92,8% (BRASIL. TEM. 2006).¹⁴

Convém notar que no ano de 2001 a maioria dos sindicatos brasileiros era de base municipal (53%) e intermunicipal (25%), o que mostra uma descentralização das negociações coletivas de trabalho restritas por categorias profissionais e uma base geográfica mínima (COSTA).

Na atualidade ocorre uma alteração quanto a noção de espaço geográfico, em um contexto de desenvolvimento econômico desigual e globalizado, em que o capital, mundializado, é capaz de efetuar deslocamentos. A liberdade de investimento pesa sobre os assalariados, tanto a ameaça como efetiva colocação em prática do deslocamento da produção para países ou regiões onde a mão-de-obra é barata e os assalariados são poucos ou nada protegidos. Isso certamente torna mais difícil a negociação pulverizada que não consegue mobilizar grandes contingentes de forma unitária na perspectiva de luta de classe.

¹⁴ Estes dados constam do anuário estatístico RAIS, cujo endereço eletrônico é <http://anuariorais.caged.com.br//index1.asp?pag=emprego> acessado em 21/6/2006.

Com a finalidade de reduzir a resistência dos trabalhadores e apropriar-se da subjetividade do trabalhador à lógica do capital, através da “participação” consensual, pelo convencimento e envolvimento, é utilizado o princípio do modelo toyotista¹⁵ de organização e gestão do processo produtivo. Uma das formas utilizadas para isso é o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ).¹⁶

A efetivação da reestruturação produtiva demonstra que não há antítese em produzir e dominar, pois as relações de subordinação e subjetividade significam possibilidade de intensificação da extração da mais-valia. “Hoje, muita mais que a fase de hegemonia taylorista/fordista,¹⁷ o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada [...]” (ANTUNES, 2005, p. 53).

Diante dessa realidade, diversos autores alegam que a adoção desse novo paradigma fragiliza as resistências coletivas, repercutindo no número de sindicalizados, pois a gestão toyotista busca dominar a subjetividade do trabalhador. Esse modelo significa, portanto, a superação do paradigma do modelo taylorista/fordista de organização e gestão do processo de trabalho gerador de resistências. A título de exemplo disso basta verificar relativos ao elevado índice de absenteísmo, turn-over (abandono do emprego), ao descaso com a produção refletida nos produtos com defeitos, greves e sabotagens do final dos anos 60. Somente em 1969 diariamente faltavam 5% dos trabalhadores horistas da General Motors nos EUA, sendo que nas segundas e sextas-feiras esse percentual passava a 10%. Na Ford, o índice de

¹⁵ É a forma de organização nascida na fábrica da Toyota no Japão criada pelo engenheiro Ohno, sendo seus traços: produção vinculada a demanda; trabalho em equipe; processo produtivo flexível; melhor aproveitamento possível do tempo de produção; estoques mínimos; estruturas horizontalizadas (ANTUNES, 1999).

¹⁶ Grupo voluntário e permanente de pessoas de um mesmo setor de organização que recebem treinamento, tendo como objetivo a prática do controle de qualidade dentro desse setor, como parte das atividades. “As ideias básicas por trás das atividades de um CCQ são: - criação de um ambiente de trabalho feliz, no qual haja respeito à natureza do ser humano e possibilite a sua satisfação; - desenvolvimento das infinitas possibilidades da capacidade mental humana e viabilização de sua aplicação; - contribuição para o melhoramento e desenvolvimento da organização.” Dicionário On-line do Instituto de Desenvolvimento Gerencial..

¹⁷ O taylorismo é baseado na separação das funções de concepção e planejamento de execução com planejamento das tarefas, além do controle do tempo e movimento. O fordismo fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira para evitar o deslocamento dos trabalhadores, tornando o trabalho repetitivo, parcelado e monótono

abandono foi de 25,2% no mesmo ano, enquanto que na Crysler de Detroit mais da metade não chegava a completar três meses de trabalho (BORGES, 1992).

Por sua vez, o paradigma flexível tem como pressuposto a mudança de atitude do trabalhador diante do processo produtivo, na medida em que adota uma “nova” cultura e visão de mundo com o intuito de obter o envolvimento e reduzir resistências.

O envolvimento, enquanto compromisso com a empresa e/ou com valores e a lógica cultural burguesa, e com a manifestação contemporânea predominantemente da consciência comum e formal, é um sintoma evidente das mudanças qualitativas que estão ocorrendo na tradicional relação entre os termos da luta de classes (político, econômico e teórico). (ALMEIDA e VASCONCELOS, 1997, p. 31).

Entretanto essas mudanças ocasionam “três déficits sociais”, quais sejam: o “[...] baixo nível de lealdade institucional, diminuição da confiança informal entre os trabalhadores e o enfraquecimento do conhecimento institucional”; (SENNETT, 2006, p.2). Em relação à fragilização do trabalhador, cabe destacar que ela ocorre de um contexto em que as transações são de curto prazo e os respectivos relacionamentos são instáveis e não há uma participação efetiva no planejamento. Quanto à confiança especialmente informal, cabe notar que há dificuldades de prever em quem confiar quando o grupo está sob pressão, pois diante da mudança frequente da “equipe de trabalho” ocorre o ocultamento do “comportamento e caráter”. Por fim, quanto à debilitação do conhecimento institucional, cabe ressaltar que há necessidade de tempo para que ocorra o acúmulo de experiências. Diante disso como incutir um sentimento de inclusão social a partir da identidade de trabalho sobretudo diante da competição no “mercado interno” que dificulta estabelecer o limite entre “concorrente e colega.” (SENNETT, 2006, p. 62).

Essas situações decorrem da reestruturação produtiva e constituem parte da ofensiva na esfera produtiva contra as conquistas dos trabalhadores, visando à elevação das taxas de lucro, com incidência na ação sindical. Conforme o pensamento do ganhador do Prêmio Nobel da economia de 1974, Hayek (1990), parte da raiz da crise econômica do pós-guerra está localizada no excessivo poder do movimento sindical que havia corroído as bases da acumulação capitalistas através das reivindicações de salários para que o

Estado aumentasse cada vez mais os “gastos sociais”. Daí a alteração do papel do Estado e a necessidade de fragilizar a ação sindical.

Assim as propostas neoliberais devem ser entendidas como reação do capitalismo e se articulam em três eixos:

[...] a estrutura produtiva – que fragiliza a resistência dos trabalhadores ao aviltamento de suas condições de trabalho e de vida, facilitando a realização de superlucros; a mundialização – uma rearticulação do mercado mundial, com redefinição da especialização dos países e forte presença do capital financeiro; e o neoliberalismo, este último representando as reformas liberalizantes, orientadas pelo mercado, o que se combina com a forte ofensiva intelectual e moral [...] (BEHRING, 2003, p. 197).

É a tentativa de superação da crise dos anos 70, quando o mundo capitalista avançado entre em uma longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Essa inflação se deve: ao aumento do preço da força de trabalho e às lutas sociais pelo controle social da produção; ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; ao aumento da esfera financeira e sua relativa autonomia em relação ao capital produtivo; à crescente concentração de capitais a partir das fusões; à crise do “Estado do Bem-Estar Social” e à necessidade de retração dos gastos públicos; ao incremento das privatizações; à tendência de flexibilização do processo de produção, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

Esse enfrentamento tem beneficiado os grupos industriais através da liberalização dos investimentos e das traças, mas o setor produtivo teve sua importância reduzida diante da expansão do papel capital financeiro com fortes traços rentistas. A liberalização comercial ocorre simultaneamente para assentar a redes de aprovisionamento e de subtração, onde os custos são mais baixos, e para se engajar numa concorrência desigual com empresas de produtividade mais baixa.

No atual contexto mundial vivencia-se uma nova divisão internacional do trabalho, pois alguns países se transformam em montadoras de produtos industriais, enquanto o know-how, a tecnologia, os serviços financeiros e o design dos produtos concentram-se nos países desenvolvidos. Neles, as decisões das multinacionais perdem contato com as estratégias de desenvolvimento internas dos países. A constituição de regime de acumulação

mundial predominantemente financeiro potencializado pelas taxas de câmbio flutuantes e pelas políticas desreguladoras (financeira e contraditoriamente de protecionismo nos países desenvolvidos) sedimenta o desenvolvimento desigual (assimétrico). A consequência disso é enrijecimento da hierarquia econômica internacional e a ampliação das desigualdades sociais, uma situação que também contribui para dificultar a articulação do movimento sindical na perspectiva internacionalista, importante diante da globalização do capital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações em curso no “mundo do trabalho” afetam as condições materiais e a subjetividade da classe trabalhadora. Cabe destacar que nunca se contou com tantos recursos tecnológicos, que aumentaram a capacidade de produzir e propiciar condições básicas de vida, capacidade que, contraditoriamente, está concentrada, na medida em que 20% dos habitantes dos países de maior renda são responsáveis por 86% do total dos gastos em consumo privado, enquanto os 20% mais pobres contam com apenas 1,3% (SABER, 2005). Vive-se um crescente aumento da pobreza, que atinge dois bilhões e setecentos milhões de pessoas, cerca de 50% da população mundial (POCHMANN, 2004).

Diante dessa realidade, a classe dominante busca incessantemente preservar a sua hegemonia, através de um conjunto de ideias apresentadas como verdades comprovadas, bem como busca conquista a subjetividade especialmente dos trabalhadores a fim de dificultar as ações coletivas. No entanto, isso tem limite na própria situação econômica que tem acentuado as contradições e feito emergir novas expressões da questão social que somente cresce com a implementação da política de orientação neoliberal. O desafio consiste em compreender esse processo, possibilitando desocultar a realidade e construir uma nova hegemonia. Implica, portanto, em resistir e trabalhar na formação de uma identidade coletiva capaz de orientar a ação em busca da superação da sociedade capitalista na qual a ação sindical tem papel destacado.

Constituem exemplos recentes de resistência, os protestos na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, a realização do Fórum Social Mundial, as 320 greves ocorridas no Brasil em 2004, as ocupações desenvolvidas pelo Movimento dos trabalhadores Sem Terras (MST), as vitórias eleitorais em países da América Latina dos candidatos com discurso antineoliberal e as próprias ações individuais que praticamente são invisíveis, mas denotam contestação.

A desocultação do processo de mutações contém a perspectiva de servirem elas de fio de Ariadne para a ação sindical no labirinto do processo produtivo e desse modo possibilitarem o estabelecimento de uma nova correlação de força entre os trabalhadores e o minotauro. Assim, cabe aos trabalhadores, em especial, compreenderem o processo de curso e , através da ação sindical, enfrentarem as expressões da questão social, construir uma sociedade onde o ser humano constitua o centro das políticas sociais e o trabalho o instrumento de satisfação das necessidades e da realização.

THE UNION ENTERS THE LABYRINTH OF PRODUCTIVE RESTRUCTURING:

how workers are confronting the Minotaur

ABSTRACT

The present text is aimed at organizing an ensemble of arguments designed to help the understanding and analysis of the labour union movement. Its main milestone are the transformations in society observed from the 1970s onwards. The main changes carried by these transformations are – on the one hand – a series of technological innovations over the production basis, and – on the other hand - changes in the process of controlling the labour force. This change was based on a neo-liberal discourse. It is important to keep in mind that the changes in the labour environment were an important element designed to overcome the crisis of that period, at the same time that the ideological contents of the neo-liberal discourse played a fundamental role in the creation of the observed hegemony.

Keywords: Union action. Productive restructuring. Labour force.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.B. de; VASCONCELOS, N. Trabalho e qualidade total. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 43, p. 22-31, 1997.

ANTUNES, R. **O caracol e a concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, A. Reflexo da automação na consciência operária. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 26, p. 35-41, 1992.

BRASIL. Ministério d Trabalho e Emprego. Coordenação-Geral de Estatística do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIPO). **Registros administrativos, RAIS e Caged**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério d Trabalho e Emprego. Coordenação-Geral de Estatística do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIPO). **Anuário Estatístico RAIS**. Brasília, DF, 2006. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/gera/estatisticas.asp#rais>>. Acesso em 21 jun. 2006.

CATTANI, A. D. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SemCultura – Palmarinca, 1991.

COSTA, W. C. da. **Sindicalização e greves**. Historia recente do movimento sindical Brasileiro. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg/historia-hojevol2n6/walber.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2006.

DIEESE. **O movimento grevista em 2004**. São Paulo, 2005.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo sobre a psicopatologia do trabalho. Cortez-Oboré, 1988.

DORNELA, J. C. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HAYEK, F. A. **Caminho da servidão**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL. **Dicionário on-line**. Disponível em: <<http://www.indg.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2006.

JESUS, A. T. de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez-Campinas, Ed. Da Universidade de Campinas, 1989.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Grijalbo, 1977. (Temas de Ciências Sociais, 2).

_____. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1843. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/criticadafilosofiadodireito.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo uma teoria de transição. São Paulo, Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, P. A. B. Trabalho prescrito e trabalho real. In: CATANNI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis, Vozes; Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2002.

POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social**: a exclusão no mundo. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SADER, E. **Século XX**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____ **Acultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.